



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas– IH

Departamento de Serviço Social – SER

BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA MADALENA BENTO DE SOUZA

A IMPORTÂNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

BRASILIA – DF

2017

MARIA MADALENA BENTO DE SOUZA

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO
ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

**Trabalho de Conclusão de Curso para ser
apresentado ao Departamento de Serviço
Social (SER) da Universidade de Brasília
(UnB), como requisito para obtenção do
título de Bacharel em Serviço Social.**

**Orientadora: Prof.^a Kênia Augusta
Figueiredo**

BRASÍLIA – DF

2017

MARIA MADALENA BENTO DE SOUZA

**O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: A IMPORTÂNCIA DO
ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO**

Monografia de Conclusão de Curso a ser aprovada pela Banca Examinadora com vistas à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, na Universidade de Brasília (UnB).

Brasília, DF, fevereiro de 2017.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a. Kênia Augusta Figueiredo (SER/UnB) (Orientadora)

Prof.^a. Me. Valdenízia Bento Peixoto
1^a Examinador

Daniel Ferraz Tavares da Cruz
Membro externo

RESUMO

A educação é um significativo espaço para atuação do profissional do Serviço Social, por isso o debate sobre a importância da inserção dos assistentes sociais no âmbito da educação para contribuir na formulação de políticas públicas e assim ser um agente que busca a garantia de direitos. De acordo com a Lei de Diretrizes e Base da Educação- LDB, as demandas apresentadas no contexto escolar de cunho social devem ser tratadas por profissionais capacitados. Nesse sentido através de pesquisas bibliográficas, foi evidenciado que dos profissionais inseridos no espaço educacional poucos apresentam capacidade para atuar no enfrentamento das demandas sociais expressas nesse local, pois não estão aptos a problematizar a questão social. O assistente social por sua formação se posiciona com desenvoltura frente a estas questões, por isso a inserção e permanência do profissional de Serviço Social no âmbito da educação, para contribuir com o processo educativo é indispensável. Analisar a relevância do Serviço Social no combate às desigualdades sociais e econômicas só confirma a sua indispensabilidade também nessa relevante área.

Palavras chaves: Serviço Social, Educação.

ABSTRACT

Education is a significant space for the Social Work professional, so the debate about the importance of the inclusion of social workers in education to contribute to the formulation of public policies and thus be an agent seeking the guarantee of rights. According to the LDB, the demands presented in the social context of school must be treated by trained professionals. In this sense, through bibliographical research, it was evidenced that the professionals within the educational space have few capacity to act in the face of the social demands expressed in this place, since they are not able to problematize the social question. The social worker for his training knows how to stand in front of these issues, so the insertion and permanence of the Social Work professional in the field of education, to contribute to the educational process is indispensable. Analyzing the relevance of Social Service in combating social and economic inequalities only confirms its indispensability in this important area as well.

Keywords: Social Work, Education.

DEDICATORIA

Dedico este trabalho aos meus pais Sebastiana Lourenço e José Bento (*in memoriam*), aos meus filhos Tamires, Igor, Yuri e Ana Flávia Bento, para meus netos Eduardo, Andriel e Iago todos Bentos, para minha sobrinha Mônica e sua mãe Nair (*in memoriam*), e também a todas as pessoas que, direta ou indiretamente com sua energia negativa e (ou) positiva incentivaram-me a ter forças, apesar de todos os infortúnios no percurso, para chegar até aqui e provar que quando queremos, fazemos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus por me permitir viver sob seus desígnios e por dirigir minha vida orientando-me e dando-me sabedoria e discernimento para enfrentar as dificuldades e adversidades que foram aparecendo nestes quatro anos de curso, me sinto afortunada por estar viva e com saúde. E acima de tudo pelas oportunidades que me foram dadas na vida, que não foram muitas, mas foram bem aproveitadas por mim. À Santa Rita de Cássia minha fiel protetora espiritual por ter iluminado meus caminhos me guiando nos dias difíceis, que foram matérias-primas para o meu aprendizado.

Agradeço ainda a duas pessoinhas fantásticas Vanderlei e Valdenise que me acompanharam e muito me apoiaram nesse último semestre me ajudando com bom humor, paciência e muito carinho serão pra sempre meus eternos peroludos (joias raras)!

Agradeço também à minha família que não é a melhor e mais perfeita aos olhos de muitos, mas que são o meu esteio e me sustentam nas horas boas e nas ruins e que para mim é a melhor do mundo, pois, acreditou na minha capacidade e é minha fortaleza.

Gratidão eterna a minha mestra orientadora Kênia Augusta, pessoa mais humana não conheci, que mesmo não sendo conhecedora de minhas limitações e dificuldades de compreensão, não poupou esforços para me incentivar, me aconselhou nos momentos mais angustiantes em que quase desisti desse sonho e principalmente acreditou na superação e apostou que eu poderia ir além de minhas capacidades e de meus limites. Por fim, agradeço a todos aos professores da Universidade de Brasília que participaram do meu aprendizado colaborando em minha trajetória para o meu crescimento profissional e intelectual.

Por fim, agradeço grandemente a jornalista Marta (sei que Marta não vai ler mas, desabafei) que sabendo do meu sonho me disse que o Serviço Social realmente era a minha cara: mal sabia ela que suas palavras em tom sarcástico foram as mais incentivadoras que já recebi. Marta, eu consegui!

Não há caminho errado. O aprendizado e a experiência estão em todos os caminhos. E o mundo tem muitas coisas boas a oferecer para quem tem a ousadia de buscar. Pois, a vida não exige das pessoas o que elas ainda não têm condições de dar. (Zíbia Gasparetto)

A educação é a ferramenta mais poderosa que podemos usar para mudar o mundo.
(Nelson Mandela)

LISTA DE SIGLAS

Alerj - Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CGU - Controladoria-Geral da União

CNE - Conselho Nacional de Educação

ESP – Escola Sem Partido

e-SIC - Sistema de Informação ao Cidadão.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PEC - Proposta de Emenda Constitucional

PIB - Produto Interno Bruto

PL - Projetos de Lei

PLC - Projeto de Lei Da Câmara

PNAS - Política Nacional da Assistência Social

PNE - Plano Nacional de Educação

SETEC - Secretaria de Educação profissional e Tecnológica.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO NECESSÁRIA	10
2 A EDUCAÇÃO NO BRASIL	23
3 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	33
CONCLUSÃO	42
REFERÊNCIAS.....	45

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão do curso de Graduação em Serviço Social visa promover uma reflexão sobre a importância do Serviço Social na Educação, demonstrando a relevância da atuação do assistente social nesse espaço, visto inclusive a relevância do projeto ético-político da profissão, numa sociedade marcada pela desigualdade.

O interesse inicial por este tema tem relação com o fato de esta discente trabalhar na Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, no âmbito do Ministério da Educação, como respondente do Sistema de Informação ao Cidadão (e-SIC). O e-SIC é um canal de comunicação que o cidadão (pessoa física ou jurídica) utiliza para obter informações das secretarias do Ministério da Educação, sem “burocracia”. O citado sistema foi desenvolvido pela Controladoria-Geral da União (CGU), denominada atualmente de Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, para facilitar o contato do cidadão com os órgãos públicos.

Assim, a temática é importante por se tratar de solicitações de cidadãos que estão interessados em ter esclarecimentos a respeito das políticas públicas voltadas para a educação, sendo possível constatar de forma clara a desinformação que os cidadãos estão submetidos no que concerne às políticas de educação voltadas para a classe trabalhadora.

Essa realidade profissional aliada à formação profissional em Serviço Social possibilitou a reflexão sobre a relevância e a necessidade do trabalho desempenhado pelo assistente social, no âmbito da educação visto inclusive, sua função pedagógica alicerçada no projeto ético-político da profissão.

A metodologia utilizada neste estudo foi estruturada por meio de pesquisas bibliográficas e documentais. Foram utilizados artigos e livros relacionados à Educação, como também sobre o Serviço Social na Educação.

No primeiro capítulo apresentaremos o Serviço Social em sua dimensão teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, bem como sobre as referências normativas que regulam o exercício profissional.

No segundo capítulo aborda-se a Educação no Brasil, compreendendo-a como um processo de conquista de um direito fundamental, bem como em permanente disputa como são as políticas sociais.

No terceiro capítulo, seguindo com a abordagem o assunto discutido é o Serviço Social na Educação, explicitando quais contribuições o Serviço Social pode oferecer para uma educação mais igualitária, quais são suas concepções e importância para a educação brasileira.

Com base na compreensão do Serviço Social, nas diretrizes do exercício profissional na Educação e na própria política de Educação no Brasil, apresentaremos nossas conclusões sobre a presença do assistente social na Educação.

1. SERVIÇO SOCIAL: UMA PROFISSÃO NECESSÁRIA

No Brasil, o surgimento da profissão de Serviço Social se deu por volta da terceira década do século XX. Importa destacar que, embora a profissão tenha emergido no contexto da caridade praticada pela Igreja Católica, é em decorrência do desenvolvimento do capital industrial e do processo de industrialização e urbanização, com precarização do trabalho e várias manifestações da Questão Social, que a profissão se desenvolve e se institui. Sem este recorte histórico, se tornaria impossível a compreensão da totalidade que representa o Serviço Social.

O surgimento do Serviço Social no Brasil aconteceu no cenário social, político e econômico por volta de 1930, quando o Brasil vivia as grandes mudanças provocadas pela inserção das indústrias, por intermédio da Igreja Católica com um viés benevolente. A igreja católica monopolizava a formação do profissional (agente social) sendo esta responsável pela formação de agentes social, ressaltamos também que na história do Brasil as políticas sociais que apesar de não serem a principal preocupação por parte dos governantes que eram eleitos pelo voto direto (excluindo mulheres e analfabetos do direito ao voto) marcaram presença a partir do processo de industrialização e em meio aos conflitos de classes, por suas lutas sociais em defesa dos direitos de cidadania. Nesta época, já era possível observar o aparecimento de instituições de cunho assistencialista para atender às demandas advindas da questão social e assim tentar controlar as lutas por direitos sociais.¹

É preciso, no entanto, analisar a construção histórica da profissão, desde o começo do processo de industrialização até crescente urbanização reproduzida pelo capitalismo. De acordo com Iamamoto (2008, p. 77):

“O Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão reconhecida na divisão social do trabalho, tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana, processos esses aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes - a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial - e das frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas”.

Fonte(<https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/24941/a-origem-do-servico-social>) acessado em 12 de dezembro de 2016.¹

Importa ressaltar também, que as mazelas provocadas pelo sistema capitalista na vida do proletariado desenvolveram condições para que o Serviço Social surgisse como uma profissão peculiar, pautada em atuar frente às demandas da questão social causadas pela centralização do capital. Porém, a ação da assistência social nesse contexto foi atuar de forma a adequar e enquadrar os indivíduos as normas postas, visando garantir a manutenção do capital.

Iamamoto e Carvalho (2008, p. 310) ressaltam ainda que:

As grandes instituições assistenciais desenvolvem-se num momento em que o Serviço Social, como profissão legitimada dentro da divisão social do trabalho [...] é um projeto ainda em estado embrionário; é uma atividade profundamente marcada e ligada à sua origem católica, e a determinadas frações de classes, as quais ainda monopolizam seu ensino e prática.

No entanto, é importante destacar que esse período foi marcado por grandes mobilizações de trabalhadores que lutavam por direitos sociais, denunciando os abusos dos patrões e requerendo do Estado intervenções que viessem regularizar, normatizar e assegurar direitos básicos como Saúde, Educação e Previdência.

Nesse sentido, o Serviço Social se desenvolveu como profissão legitimada, mas contraditória, pois o seu surgimento se deu dentro de um contexto em que as expressões da questão social eram evidenciadas pelo capitalismo, como por exemplo, o enfraquecimento da condição salarial, a instabilidade no emprego e a multiplicação do indivíduo vulnerável (pobre) seguido da exclusão social, pois o meio de proteção para esta classe era frágil. De acordo com Iamamoto e Carvalho (2011, p.89):

“Em suas origens no Brasil o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina, vinculada predominantemente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua missão política de apostolado social junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária.”

Assim sendo, o Serviço Social dentro de suas regulamentações é uma profissão diferenciada, pois foi regulamentada/normatizada pelo Estado a partir de

demandas que foram surgindo nas classes subalternas por causa das transformações da vida social e da exploração do trabalho, visto que este último vem sendo imposto pelo capital, desde o princípio da industrialização.

Mas, conforme Iamamoto (2008, p. 68):

O assistente social não trabalha só com coisas materiais. Tem também efeitos na sociedade como um profissional que incide no campo dos conhecimentos, dos valores, comportamentos, da cultura, que, por sua vez têm efeitos reais interferindo na vida dos sujeitos. Os resultados de suas ações existem e são objetivos, embora nem sempre se configurem como coisas materiais autônomas, ainda que tenham uma objetividade social (e não material), expressando-se sob a forma de serviços.

É importante destacar que a profissão de serviço social surgiu por iniciativa particular de uma fração da burguesia em conjunto com a igreja católica, com característica assistencialista, mas controladora e não por meio do Estado. Sendo assim a profissão de assistente social foi criada pela necessidade de se ter um agente qualificado/especializado para atuar na função mediadora de conflito entre as classes, como alternativa burguesa e assim responder às novas demandas advindas das expressões da questão social, pois com o crescimento da classe trabalhadora e a sua insatisfação com o empobrecimento a que foi submetida, foi preciso criar mecanismos de controle em massa e assim desenvolveu-se a profissão de Serviço Social.²

Esta profissão também estava pautada naquela época num viés religioso historicamente voltado para a benemerência e filantropia, marcada pela influência europeia e norte-americana. O Estado e a sociedade legitimavam essa atividade, implantando essas ações dentro de grandes instituições como forma de manipular o povo com benefícios assistenciais, assim agiam as classes dominantes com o intuito de controlar a revolta da classe trabalhadora no que concerne a sua relação capital x trabalho.

Sendo assim, na reflexão de Iamamoto (2009), podemos observar que:

Fonte(<https://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/24941/a-origem-do-servico-social>) acessado em 12 de dezembro de 2016²

O Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora. Assim, contribui como um dos mecanismos institucionais mobilizados pela burguesia e inserido no aparato burocrático do Estado, das empresas e outras entidades privadas de classes, contrapondo-se às iniciativas autônomas de organização e representação dos trabalhadores. Iamamoto (2009, p. 94).

Sendo assim a profissão tem como princípios a defesa dos direitos social, como forma de fortalecer a autonomia do indivíduo, tendo como objetivo a superação da desigualdade social. Mas foi o movimento de reconceituação que trouxe uma identificação político-ideológico para os assistentes sociais, mostrando a existência de duas classes, dois lados antagônicos, para tentar uma ruptura com o conservadorismo e construir novos métodos de intervenção condizente com realidade social, fazendo uma renovação do teórico-prático tendo como pano de fundo uma visão política de transformação voltada para classe dominada. O que acelerou a ruptura do Serviço Social tradicional.

Nesse contexto esclarece Netto, que o efeito da Reconceituação no Brasil promoveu:

[...] o deslocamento do “serviço Social tradicional” por viés desenvolvimentista-modernizante tornou compatível a renovação do Serviço Social com as exigências próprias do projeto ditatorial e permitiu a consolidação de um perfil profissional bastante diverso do tradicionalismo. (2005, p. 16).

Porém Montañó (2009) destaca que o “Serviço Social é uma profissão que [...] tem dedicado um importante espaço intelectual à tentativa de responder sobre as causas de sua origem como profissão e sua legitimação” (Montañó 2009, p. 19). Seguindo esse contexto, tanto a origem da profissão como sua legitimação pode ser mostrada por duas ideias (teses) opostas: uma que não exclui a perspectiva endogenista que defende a gênese e especificidade do Serviço Social como sendo focalista e particular e outra histórico-crítica que remete a projetos político-econômicos desenvolvidos pelo capitalismo.

A primeira tese endogenista defende a especificidade do serviço social como particular e focalizado e que não foi criado historicamente sob a influência da

conjuntura sócio econômica, e faz referência de que a profissão é vista a partir de si mesma e com isso ganha autonomia histórica nas lutas sociais e de classes diante da sociedade e também, é representada pela:

“Evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda, da caridade e da filantropia, vinculada agora à intervenção na ‘questão social’”, dividindo-se em duas distinções: 1) “qualquer forma anterior de ajuda, retroagindo sua análise à Idade Média ou até à origem da história”, e 2) nos “antecedentes ligados às formas de ajuda, organizadas e vinculadas à ‘questão social’ (pós-revolução Industrial).” (MONTAÑO, 2009, p. 20, grifos do autor).

Porém, o autor informa que a tese está incompleta, pois despreza que sua criação e profissionalização vieram de influências conjunturais quando afirma que a profissão é uma atividade autônoma, já que o surgimento da profissão se deu por conta da questão social oriunda da comunidade pauperizada.

Já a segunda tese, histórico-crítica vem representada pela ideia de que **“as primeiras gerações de assistentes sociais” tenham “estado vinculadas a instituições de caridade, filantrópicas etc.”** (MONTAÑO, 2009, p. 47), Sendo assim, de acordo com o autor houve mudanças e avanços ideológicos, na forma de organização se utilizando de estratégias desenvolvidas na classe hegemônica que posta à frente do capitalismo que obriga o Estado a se responsabilizar pela questão social. Porém na discussão teórica para aperfeiçoar a ação profissional ainda, não se esquece das práticas anteriores, portanto o cerne da profissão continua sendo a mesmo, filantropia, caridade, assistência.

Assim ao analisar o Serviço Social contemporâneo Iamamoto (2006), faz a análise afirmando que:

O atual quadro sócio histórico não se reduz [...] a um pano de fundo para que se possa, depois, discutir o trabalho profissional. Ele atravessa e conforma o cotidiano do exercício profissional do assistente social, afetando as suas condições e as relações em que se realiza o exercício profissional, assim como a vida da população usuária dos serviços sociais. (IAMAMOTO, 2006, p. 167).

Conforme Iamamoto e Carvalho (2011, p. 77), nesse sentido o Serviço Social em sua gênese é uma profissão historicamente construída e “um dos

elementos que participa[m] da reprodução das relações de classes e do relacionamento contraditório entre elas.” E dessa forma:

O Serviço Social tem um papel a cumprir dentro da ordem social e econômica – como uma engrenagem da divisão sociotécnica do trabalho –, na prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado (e para isso foi criada a profissão) participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante. (MONTAÑO, 2009, p. 31).

E de acordo com as ideias dos autores, o assistente social “se insere numa relação de compra e venda de mercadorias em que sua força de trabalho é mercantilizada” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2011, p. 92).

Portanto os assistentes sociais, por não possuírem os meios para efetivarem seu trabalho como autônomos entram na relação de compra e venda da sua força de trabalho.

Iamamoto (2011), colabora com a ideia de que o assistente social se apresenta como um trabalhador assalariado que se insere numa relação de compra e venda de mercadorias de sua força de trabalho, sofrendo pressões institucionais, inclusive nas disputas no espaço de trabalho.

Sendo inúmeros os desafios impostos, o Serviço Social se estabilizou como uma profissão de cunho interventivo, voltando suas ações para demandas reais (“viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos” – IAMAMOTO, 2006, p. 166).

Assim, é possível notar um enorme stress no contra ponto do controle do seu trabalho frente às demandas dos sujeitos de direitos:

Assim, o trabalho do assistente social encontra-se sujeito a um conjunto de determinantes externos, que fogem ao seu controle do indivíduo e impõem limites, socialmente objetivos, à consecução de um projeto profissional coletivo no cotidiano do mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2009, p.16).

O fato é que a profissão veio com a necessidade de assistir e dar uma resposta para as manifestações da questão Social advindas da pauperização dos indivíduos, e por isso:

“As leis sociais surgem em conjuntura históricas determinadas, que, a partir do aprofundamento do capitalismo na formação econômico-social, marcam o deslocamento da “questão social” de um segundo plano da história social para progressivamente colocá-la no centro das contradições que atravessam a sociedade”. (IAMAMOTO e CARVALHO, 2009, p. 126).

Portanto, a profissão é um tipo de especialização do trabalho coletivo que se situa no interior da divisão sócio técnica do trabalho e participa da reprodução das relações sociais, em sua dinâmica contraditória, posto que os interesses são antagônicos em uma sociedade capitalista e de classe.

Assim, PIANA (2009, p. 57) relata que:

“No exercício profissional cotidiano, o Serviço Social mantém o desafio de conhecer e interpretar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo, especialmente em relação às mudanças no mundo do trabalho e sobre as questões de desestruturação dos sistemas de proteção social e das políticas sociais em geral.”

Sendo assim, o trabalho do assistente social é multifacetado pelos inúmeros desafios colocados para o profissional tais como:

Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais. (Iamamoto, 2000, p. 113).

A autora afirma que, no desenho do perfil profissional de Serviço Social, o assistente social é um agente transformador, isso nos mostra que ele tem como compromisso contribuir por meio de uma práxis educativa³ e transformadora para a construção de indivíduos livres e capacitados no sentido de poder decidir, pensar e agir, e dentro dessa perspectiva dialética ser capaz de absorver e se adaptar as transformações da vida real. Então nesse sentido:

³ Para uma maior compreensão a respeito da práxis educativa sugerimos a leitura de Práxis educativa: tempo, pensamento e sociedade que inferi: “o ato educativo pode ser a realização fática do pensado, em processo contínuo de problematização, reflexão e compreensão voltados para atividades transformadoras da realidade vivida.” Wilson Correia & Iolanda Carvalho (2012 p 2) disponível em <http://revistas.rcaap.pt/rpe/article/view/3002> acessado em 08/03/2017.

O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária, um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado. (Iamamoto, 2000, p. 113).

Visto isso, o exercício da profissão exige a ação de um sujeito profissional capaz de defender projeto ético político indicando suas qualificações e funções, que vai desde a relação direta com a população ao planejamento e gestão de políticas públicas que, priorize a população que não têm acesso aos benefícios sociais.

Mediante esta afirmação da autora Iamamoto, é que PIANA sustenta que:

No desenho do perfil do profissional do Serviço Social, como coparticipante do processo de transformação, deverá contribuir, por meio de uma práxis educativa e transformadora, para construção de sujeitos históricos respeitados e valorizados como seres humanos livres capazes de pensar, agir, decidir, optar e, nessa perspectiva dialética, transformar a realidade e por ela ser transformado (2009, p. 100 e 101).

É por intermédio da instrumentalidade do Serviço Social que o Projeto Ético-Político do Serviço Social se materializa profissionalmente. Nesses termos Piana (2009, pag. 86) afirma que:

A atuação do assistente social realiza-se em organizações públicas e privadas e em diferentes áreas e temáticas, como: proteção social, educação, programas socioeducativos e de comunidade, habitação, gestão de pessoas, segurança pública, justiça e direitos humanos, gerenciamento participativo, direitos sociais, movimentos sociais, comunicação, responsabilidade social, marketing social, meio ambiente, assessoria e consultoria, que variam de acordo com o lugar que o profissional ocupa no mercado de trabalho, exigindo deste um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. Piana (2009, pag. 86).

Assim sendo, a inserção do projeto ético-político do Serviço Social exige cada vez mais, que o profissional repense sua identidade dentro do seu perfil profissional, no sentido de transpor os limites institucionais e ir além da ideologia do assistencialismo avançando nas lutas pelos direitos e pela cidadania.

É nesta perspectiva que o Serviço Social se mostra uma profissão legitimada que tem como compromisso problematizar o conhecido, ou seja, mostrar

onde se encontra a raiz da questão/problema e apresentar sugestões para a construção de uma nova ordem societária visando garantir os direitos universais dos indivíduos de forma democrática, visando diminuir a desigualdade social em favor da equidade através de um projeto ético político e pedagógico.

Desta forma:

O Serviço Social tem um papel a cumprir dentro da ordem social e econômica – como uma engrenagem da divisão sociotécnica do trabalho –, na prestação de serviços: ao assistente social lhe é demandado (e para isso foi criada a profissão) participar na reprodução tanto da força de trabalho, das relações sociais, quanto da ideologia dominante. (MONTAÑO, 2009, p. 31).

Assim sendo, o exercício da profissão envolve a ação de um sujeito profissional que tenha competência para propor e negociar com a instituição seus projetos, defender seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais que extrapolam ações rotineiras e decifrem realidades subjacentes, revertendo-as em ações concretas de benefícios à população excluída.

Piana, ao pontuar sobre o perfil do Profissional de Serviço Social, observa que:

Pensando assim, o perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado. (PIANA, 2009, p.100).

Mediante o contexto histórico da profissão, podemos destacar ainda a participação crescente do assistente social como protagonista na prestação de serviços sociais e produção de documentos através de pesquisa o que se transforma em fonte de conhecimentos também na área da educação. Atualmente, na sociedade brasileira, o Serviço Social aparece como uma profissão consolidada sustentada por um projeto ético-político que autoriza e dá autonomia ao profissional para que dentro dos seus valores e princípios, possa formular respostas profissionais em face da questão social.⁴ Nesse sentido, seja qual for o espaço de

⁴ O termo *questão social* é apresentado, neste trabalho, como sendo apenas sinônimo de problemas sociais na qual está compreendido a relação sobre a venda e a compra da força de trabalho “perspectiva reducionista e

atuação, o Serviço Social (que está inserido na divisão sócio técnica do trabalho e no encaminhamento de ações) tem que contribuir para que as práticas institucionais e a formulação de novas políticas sociais se concretizem:

Saber utilizar os recursos institucionais em função dos interesses da população vem se tornando um desafio cada vez maior da atuação profissional. Exige-se hoje do profissional não mais uma competência individual, que o marcou outrora como o bom profissional, mas uma reflexão coletiva para saber o momento oportuno de avançar e de recuar na sua estratégia institucional e em relação aos grupos populares. (FALEIROS, 2009, p. 28).

Para se cumprir e vencer o desafio de se “soltar das amarras das décadas passadas, fortalecendo nos dias atuais a aproximação do profissional e o científico, do profissional e do político e do profissional com as condições e relações de trabalho” (Faleiros, 2005, p.28), diz que o desafio posto aos assistentes sociais é a busca de um posicionamento ético e político que desconstrua os processos de alienação vinculados à lógica capitalista, colaborando para que os usuários das políticas públicas sociais rompam com a dependência, a subordinação, a despolitização e se mantenham organizados e motivados por uma esperança ativa de construção de uma nova sociedade mais justa e igualitária.

É nesse sentido que o Código de Ética Profissional do Serviço Social cresce em importância, sendo essencial a compreensão histórica do processo de amadurecimento e avanço das forças progressistas na profissão.

O primeiro Código de Ética do Serviço Social traz, em seu cerne, na década de 1930, indiretamente uma estruturação organizada pela Igreja Católica juntamente com o Estado influenciou a profissionalização do Serviço Social, onde o objetivo era contraditório nas execuções de políticas sociais. Ora atendia o necessitado, ora a burguesia.

Em 1947 é consolidada, por meio do Código de Ética, a imagem conservadora do Serviço Social historicamente construída, que é a expressão formal do “*ethos* profissional que se desdobra [va] nas várias dimensões que compõem a ética profissional do Serviço Social – sua prática moral, sua moralidade, sua sustentação filosófica [...]” (BARROCO, 2008, p. 93).

positivista”, na qual a “questão social aparece [apenas] como problema social, fato social, fenômeno social desvinculado da forma com que a sociedade produz e reproduz as relações sociais” (BEHRING; SANTOS, 2009, p. 268).

Mas foi no final dos anos de 1950, que o Serviço Social brasileiro, no contexto desenvolvimentista, questionava sua subalternidade. Quando no início da Ditadura Militar, nasceu o Código de Ética de 1965, priorizando a contraditória relação entre a intervenção baseada em princípios democráticos e o estabelecimento da ordem social (por meio da coerção), colaborando com programas nacionais e internacionais (CARVALHO NETO, 2013, p. 92).

No final dos anos 1960 adentrando 1970, o Estado aparece no cenário como:

[...] interventor, coercivo e que buscava organizar a sociedade utilizando todos os caminhos necessários, inclusive as profissões, [...] [intervindo sobre] qualquer forma de manifestação social, seja ela formada por grupos políticos, vertentes culturais, por segmento e/ou categorias, pois representavam a degradação da sociedade e da moral. (CARVALHO NETO, 2013, p. 95).

Mas apesar de articulada a profissão, o Código de Ética de 1975 foi aprovado, representando “um retrocesso para a categoria, pois princípios como democracia e os pluralismos apresentados no Código de 1965 foram suprimidos” (CARVALHO NETO, 2013, p. 95).

A década de 1980 veio revestida pelas transformações societárias e pelas “diretas já”. Nesse sentido, ao Serviço Social foi atribuído “um projeto profissional que evidenciasse o compromisso ético-político, a direção social da profissão e principalmente romper com os vieses tradicionalistas e conservadores presentes nas relações profissionais” (CARVALHO NETO, 2013, p. 98).

Tanto o Código de Ética de 1986 quanto, o de 1993 foi elaborado considerando a realidade política, econômica e social, no que concerne a fatores internos do Serviço Social, como quando na busca da defesa e acesso de direitos sociais, o profissional de serviço social tem o dever de intervir e elaborar estratégias para que estes direitos sejam assegurados. Nesse sentido, coloco a citação abaixo para confirmar e reforçar o meu pensamento:

[...] a necessidade de apropriação teórica que respondesse e sustentasse uma fundamentação ética e moral condizente ao amadurecimento ídeo-político e teórico da profissão; a construção de um projeto profissional que atendesse as exigências da categoria e a direção social adotada entre os profissionais diante do compromisso ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico com a população, e

concomitante a uma formação acadêmico-profissional pautada nessa perspectiva. (CARVALHO NETO, 2013, p. 101).

Assim, diante de interesses distintos o profissional deve buscar estratégias que garantam a autonomia dos sujeitos e a efetivação dos seus direitos sociais.

Nesse sentido, o Serviço Social contemporâneo, conforme análise, foi se configurando de acordo com cada momento da história do Brasil e se confirmando como uma “profissão inscrita na divisão social do trabalho, [situando-se] no processo da reprodução das relações sociais” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 101).

Enfim, para expressar o dimensionamento do Serviço Social brasileiro contemporâneo, Iamamoto diz que:

Tais dimensões são indissociáveis e instrumentalizam o (a) assistente social, como trabalhador assalariado, para desenvolver suas atividades vendendo [...] sua força de trabalho especializada para a obtenção de seus meios de vida. (IAMAMOTO, 2006, p. 21).

O Serviço Social é uma profissão regulada por normas próprias, que determina a suas relações trabalhistas, historicamente é uma atividade liberal e o seu exercício se realiza mediatizado dentro das instituições públicas e privadas tencionado pelas contradições existente entre as classes sociais.

Considerando o exposto os autores IAMAMOTO e CARVALHO (2009, p. 89) dizem que “dentro desse panorama vigente na sociedade poder – se ia caracterizar o Serviço Social como uma tecnologia social e o profissional como um técnico cuja atuação é geralmente mediatizada pela prestação de serviços sociais em instituições que implementam políticas públicas sociais específicas.”

O que se quer destacar, nessa linha argumentativa, é que o assistente social atua nessa configuração, e tem como suporte de sua expressão profissional o Projeto Ético-Político do Serviço Social, o qual foi confirmado em seu princípio básico nas décadas de 1980 e 1990, apresentando como “núcleo o reconhecimento da *liberdade* como valor central, se vinculando a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero.” (PAULO NETTO, 2006, p. 155, grifos do autor).

A objetivação dessa força de trabalho qualificada, enquanto atividade (e/ou trabalho) ocorre no âmbito de processos e relações de trabalho, organizados

por seus empregadores, que detêm o controle das condições necessárias à realização do trabalho profissional. (IAMAMOTO, 2006, p. 21).

Considerando as condições e os recursos dispostos, destaca-se a importância de se construir a autonomia do sujeito e os assistentes sociais podem contribuir para tal construção, partindo do pressuposto de que isso vai decorrer da institucionalização e legitimação de seu trabalho diante da sociedade e perante o processo de produção e reprodução das relações sociais.

IAMAMOTO e CARVALHO destacam ainda que:

O Serviço social em sua trajetória não adquire o *status* de ciência, o que não exclui a possibilidade e necessidade de o profissional produzir conhecimentos científicos, contribuindo para o acervo das ciências humanas e sociais, numa linha de articulação entre a teoria e a prática. (2009, p. 88, grifo dos autores).

Sendo assim, o assistente social merece ter o seu papel destacado também por seu desempenho intelectual na produção de conhecimento e por criar condições favoráveis para a manutenção das relações sociais. Nesse sentido, cabe ao assistente social decifrar a realidade em uma perspectiva crítica com vistas a garantia do acesso aos direitos, não se limitando à execução, mas estendendo a ação profissional à formação do indivíduo demandante em um sujeito político e de direitos. Como afirma Iamamoto (2012, p. 20), o assistente social deve:

Desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Além de ser um profissional propositivo e não só executivo.

Por fim entendemos que a educação é compreendida como uma Política Social que traz em si suas contradições, mas, a sua finalidade é socializar o conhecimento e instrumentalizar o indivíduo de modo que ele mesmo consiga intervir e entender a sua realidade e para isso, estrategicamente o assistente social é bem-vindo, no sentido de construir proposta a partir dessas demandas intensas e complexas.

2. A EDUCAÇÃO NO BRASIL

Aqui faremos um breve resgate histórico de um período importante na educação brasileira. Foi na busca da acumulação de capital que se deu a colonização do Brasil por parte de alguns estados europeus que tinham o olhar voltado para economia como um instrumento de poder e assim se organizou a colonização.

Partindo do pressuposto, de que não existe história feita de fatos isolados não foram diferentes com a história da educação brasileira que, teve início por volta de 1549, no período colonial com a chegada dos padres no Brasil, os chamados jesuítas da Companhia de Jesus. Estes tiveram a incumbência de catequizar os escravos e converter os índios, pois para os colonizadores os negros e os índios eram considerados selvagens e sem almas, portanto passíveis de serem domesticados e manipulados e para que pudessem compreender o processo de evangelização, antes tiveram que ser alfabetizados.

A história da educação brasileira teve início com a estruturação do sistema educacional. Um fator importante que também ajudou nessa estruturação foi a vinda da Família Real para o Brasil em março de 1808, assim como a Independência e a Proclamação da República. No período republicano as Cartas Magnas (primeiro documento a colocar por escrito alguns direitos do povo) reforçaram a educação como direito fundamental, destacando a sua relevante dimensão para o povo reconhecendo assim o seu estado de direito. Nesse sentido, a educação recebeu novos incentivos com temas importantes e desafiadores, como a formação de professores com atenção voltada para cada segmento tais como educação básica ao nível superior. Mas vale lembrar que foi em meados do século XX que começou o processo de expansão da escolarização básica no Brasil e que foi no início dos anos 1980 que o crescimento foi impulsionado na rede pública.⁵

⁵ Fonte(http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003) acessado em 22/11/2016.

Nesse pensamento, Almeida diz que:

A educação, organizada sob a forma de política pública, se constituiu em uma das práticas sociais mais amplamente disseminadas de internalização dos valores hegemônicos na sociedade capitalista. Deste modo, compreender a trajetória da política educacional é um esforço que requer mais do que o resgate de uma história marcada por legislações e mudanças institucionais intestinas, mas de suas relações com a dinâmica e as crises da sociedade do capital, a partir de sua singular inscrição nos processos de estabelecimento de consensos e de reprodução da força de trabalho na realidade brasileira. (ALMEIDA, 2011, p. 12)

Para tanto, a Constituição Federal de 1988, veio trazendo a construção de um plano nacional para educação capaz de conceder estabilidade para os projetos dos governos voltados para a educação. Assim, o Art. 214 destaca esta obrigatoriedade no sentido de garantir execução e êxito ao definir diretrizes estratégias e metas de implementação em todos os níveis e modalidades do plano nacional de educação decenal como descrito:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

**I - erradicação do analfabetismo;
II - universalização do atendimento escolar;
III - melhoria da qualidade do ensino;
IV - formação para o trabalho;
V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009).**

Hoje, a educação no Brasil é garantida por lei no Artigo 208 da Constituição Federal de 1988, onde está estabelecido que:

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade

própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009);

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006);

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009);

§ 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Por oferecer um enriquecimento cultural a educação é considerada um bem precioso, mas que para muitos ela só chega através de políticas públicas, quando estas vêm trazendo a universalização do acesso à escola através das políticas governamentais que priorizam a educação no sentido de incentivar e promover o conhecimento. O analfabetismo ainda existe, sobretudo entre pessoas que estão fora da faixa etária escolar, nas camadas mais pobres da zona rural, e um dos principais problemas é a desigualdade de acesso ao ensino de boa qualidade, assim como desnível da distribuição da renda que também é um dos fatores preponderantes sobre a educação no Brasil.⁶

Podemos destacar que é assegurado por lei ao indivíduo, o direito ao acesso à educação, para seu pleno desenvolvimento. Nesse sentido, podemos destacar que este é respaldado e garantido pelos seguintes dispositivos legais: a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) entre outros. A Educação é de vital importância para o desenvolvimento do sujeito no sentido de sua preparação

⁶ (Fonte (http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n2_evasao.htm)).

para o trabalho dando sua contribuição na realidade econômica, política e social exercendo assim sua cidadania.

Assim, tais situações podem ser pautadas através da contribuição do Serviço Social, no sentido de luta para a garantia deste direito que na maioria das vezes não é percebida no âmbito escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional /LDB, foi estruturada a partir de várias legislações complementares aprovada na forma de decretos e portarias e é vista como um documento orientador na forma reguladora e regulamentadora que estabelece regras de direitos. Esta Lei estabelece em seu Art. 2º, que a educação é dever da família e do Estado, e quando inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, assim como o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho e o art. 3º diz ainda que os princípios a serem seguidos são:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;**
 - II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;**
 - III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;**
 - IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;**
 - V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;** 1
- Essa Lei foi regulamentada pela Lei no 9.536/97, art. 49, parágrafo único, e pelos Decretos de nos 2.208/97, arts. 36, 39, 40 41 e 42, 2.306/97, arts. 16, 19, 20, 45, 52, 54 e 88, 2.494/98, art. 80, 3.276/99, arts. 61 a 63, e 3.860/2001, arts. 9, 44, 46, 52, 53 e 80;**
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;**
 - VII – valorização do profissional da educação escolar;**
 - VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;**
 - IX – garantia de padrão de qualidade;** X – valorização da experiência extraescolar;
 - XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.**

Neste texto constitucional, encontramos a justificativa para as ações afirmativas, do Serviço social na articulação das políticas públicas e privadas voltadas atenderem um determinado número de pessoas, que estão em desvantagem dentro de um contexto histórico socioeconômico por razões sociais o que se confirma logo abaixo nos Art. 1º e 2º do PNE, decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidenta a seguinte Lei:

Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2º São diretrizes do PNE:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Cabe sinalizar que a inserção do assistente social na educação é devidamente garantida para formulação e implantação de políticas que reforcem os direitos sociais, e isso acaba indo de encontro com interesse da população que visa sua inserção no mercado de trabalho através das múltiplas possibilidades de crescimento que a educação oferece. Nesse sentido o profissional do Serviço Social é solicitado para efetivação de direitos e dar atenção as demandas da classe trabalhadora por conta da questão social como pode ser visto no tópico da LDB. (2010, p.3)

Desde sua promulgação, em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vem redesenhando o sistema educacional brasileiro em todos os níveis: da creche, desde então incorporada aos sistemas de ensino, às universidades, além de todas as outras modalidades de ensino, incluindo a educação especial, profissional, indígena, no campo e ensino a distância.

Este tópico entende a educação como campo da atuação do assistente social, não somente junto ao estudante, mas também na construção da relação ensino aprendizagem e trabalho. Porém, nas escolas públicas localizadas nos lugares mais carentes, o ensino tende a ser de baixa qualidade e como é sabido o bom rendimento escolar e a não evasão não depende só do fator família, mas

também do socioeconômico e cultural. Nesse contexto o desafio posto ao assistente social é de: discutir, formular e implantar projetos e condições que viabilizem um ensino que contemple a classe trabalhadora que é uma maioria. Assim sendo, a intenção é incluir no rol da educação aqueles que se encontram na faixa de exclusão social desnaturalizando a baixa qualidade do ensino, propondo medidas ampliadoras no âmbito da educação.

A ampliação do número de pessoas com acesso à educação e o aumento do grau de escolaridade se deu pela grande transformação que o sistema de educação passou nas últimas décadas no Brasil. Com a aprovação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), em 1996, o sistema educacional brasileiro, teve um importante crescimento o que já foi considerado um grande salto para combater as desigualdades no ensino, mais ainda está engatinhando em busca de efetivação na garantia destes direitos, pois, as questões que envolvem o ensino em geral provocam muitas polêmicas.

Não se pode, contudo, considerar que a falta de preparação acadêmica de condições materiais de espaços físicos para os professores sejam os únicos problemas apresentados para se falar da falta de boa educação em nosso país. A melhoria da educação também deve ser uma bandeira da própria população, dos pais dos alunos, demonstrando o seu interesse pelo que seus filhos estão aprendendo e da cobrança que devem fazer aos dirigentes públicos. Para o bom desenvolvimento educacional, é preciso antes atender as necessidades dos professores possibilitando, dessa forma, os ganhos que a sociedade precisa para se tornar um país melhor.

A educação é um direito adquirido, portanto ela como agente transformadora no sentido de garantir a igualdade de oportunidades, oferece subsídios para que o indivíduo exerça sua cidadania com consciência.

A contradição tem sido uma constante na educação podemos vivenciar isso no atual cenário brasileiro, quando a sociedade capitalista contribui para a exclusão dos mais fracos economicamente dos meios necessários para conquistar uma vida digna através da educação. Por um lado a escola está sendo um sistema injusto se tornando um lugar de competição podendo ser vista como uma espécie de gangorra, pois, não sabe se atende aos interesses da classe dominante, satisfazendo o interesse do poderio econômico, ou se tende a favorecer as transformações sociais disseminando o conhecimento para além das salas de aula

junto à parcela menos favorecidas (proletariado).

Apresenta-se, assim, um dilema, pois o desenvolvimento de uma sociedade através da cultura vai contra o interesse do capital, pois pode constituir uma nova identidade. E dado o texto acima é possível evidenciar que a educação é um campo que está sempre em disputa como podemos ver na atualidade.

Temos atualmente a proposta da escola sem partido feita por Miguel Nagib, procurador de Justiça de São Paulo em 2004, este fundou o movimento Escola Sem Partido, destacando que os professores devem ter neutralidade em seus ensinamentos, nas salas de aula. Este movimento ganhou força em 2014, com a ajuda do deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro. Assim nasceu o PL 2974/2014, apresentado na Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro (Alerj). Que de acordo com Miguel Nagib a “escola é um espaço de doutrinação, no qual os professores se aproveitam da audiência cativa de seus estudantes para impor suas ideias, ele passou a defender que os docentes sejam “neutros”. Para o autor da PL, “o papel do professor dentro da sala deve se limitar a expor uma visão supostamente neutra sobre os fatos”. Nesse contexto, significa não levar para as salas de aulas temas como: religião, política ou opção sexual, evitando dessa forma abrir debates e reflexões capaz de formar opiniões diferentes das que são propostas inclusive no meio familiar acerca dos assuntos citados acima. Porém, não é o que pensa a maioria da população, que acredita e afirma não poder existir escolas sem ideologia, nesse sentido, alguns professores universitários fizeram um manifesto contra as propostas do Escola Sem Partido e analisam: “quem decidiria o que seria ‘neutro’ e o que seria ‘ideológico’? Ou melhor, como ignorar que todo conhecimento parte de algum viés, e que docentes e discentes o produzem sempre dentro de um contexto? ⁷

Com a reforma feita pelo atual governo 2016/2017(Presidente Michel Temer), existe também a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 241/55, a qual ele o Presidente Michel Temer, pergunta se os alunos sabem o que é uma PEC? Resposta: não só sabemos como explicamos:

A PEC 241 é um mecanismo que visa congelar as despesas do Governo Federal, por até 20 anos, com o intuito de tentar equilibrar as contas

⁷ Fonte: <http://www.sinprodf.org.br/artigo-escola-sem-partido-ou-educacao-sem-liberdade/>

públicas e frear os gastos públicos, mas esta manobra está sofrendo severas críticas por parte da oposição e outros especialistas em economia, que entendem que esta ação vai prejudicar o investimento principalmente em saúde e educação que precisa ser resguardado, pois, estão previstos inclusive na Constituição Federal. Basicamente o que os brasileiros sabem sobre a PEC é que irá somar o total da verba gasta no ano de 2016 e esse total será usado pelos próximos vinte anos, nem um real a mais e nem um a menos. Com isso calcula-se que, pelos menos, 4,1% dos gastos diminuirão até 2026⁸.

Se de um lado a PEC pode ser uma solução para a contenção de gastos por outro é preciso questionar o preço que a sociedade pagará uma vez que as verbas governamentais afetam diretamente a Educação e a Saúde setores estes de grande importância para a classe trabalhadora. Hoje é investido na educação 18% da receita líquida e com a PEC em vigor essa passará a ser a porcentagem máxima de investimento. O que conta é: e se a PEC realmente ganhar o terceiro turno no Congresso quem pode nos dar a certeza de que mudanças aconteceram? Se for aprovada na Câmara e no Senado, a PEC entrará em vigor a partir de 2017. No caso das áreas de saúde e educação, as mudanças só passariam a valer após 2018.³

Mas ainda temos em pauta diversas mudanças na área da educação dentre elas destaco a curricular do ensino médio que propõe a implementação do ensino médio integral com currículo flexibilizado⁹. A proposta do ensino médio integral não é ruim, mas, para que dê certo é preciso um estudo sistematizado sobre os impactos desse programa na vida dos estudantes, principalmente daqueles que com baixa escolaridade e que precisa trabalhar para complementar a renda e

⁸ Posterior ao fechamento deste TCC, o referido projeto de Lei que no Senado Federal recebeu o número 55 (PEC 55 ou PEC do Teto) foi aprovada por 56 votos contra 16 em 13/12/2016 e promulgada em 15/12/2016, congelando o orçamento da Saúde e da Educação pelos próximos 20 anos. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1840989-senado-aprova-pec-do-teto-que-limita-gastos-do-governo-nos-proximos-20-anos.shtml>. Acesso em 14/02/2017.

⁹ Em 08/02/2017 o Senado aprovou a medida provisória denominada Novo Ensino Médio. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/02/08/senado-aprova-reforma-do-ensino-medio-que-segue-para-sancao>. Acesso em 14/02/2017.

³http://brasil.elpis.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html).

estudar. Tem ainda a questão de adaptação física que se quer foi anunciado algum ajuste neste importante espaço. Entre essas mudanças, está à ampliação da carga horária mínima anual -- as atuais 800 horas serão gradualmente ampliadas para um total de 1.400 horas.

Sendo assim, de acordo com notícias vinculadas em nossos canais de informações “o novo currículo será composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com disciplinas comuns para a primeira metade do ciclo, e por cinco ênfases específicas, organizadas nas áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica profissional” O ensino de língua portuguesa, matemática e língua inglesa deve permanecer obrigatório nos 3 anos, com carga horária mínima semanal de seis tempos de 50 minutos para português e matemática. Já disciplinas como artes e educação física deixam de ser obrigatórias nesse ciclo.

Há ainda a possibilidade de aproveitamento dos créditos adquiridos durante o ensino médio no ensino superior. Na prática, isso indicaria que, ao ingressar na universidade, o aluno não precisaria cursar matérias envolvendo competências e conhecimentos que ele já possui. No entanto, essa medida ainda deve ser regulamentada e homologada pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e pelo Ministério da Educação (MEC).

Todas estas decisões se realmente forem efetivadas, de acordo com toda as notícias vinculadas podemos ver que não foi uma decisão democrática e que não houve a participação de agentes formuladores de políticas públicas e muito menos consulta ao povo brasileiro, e os impactos dessas mudanças não foram de fato levadas em consideração, pois, nenhuma análise foi feita, ao menos não foi noticiada e não é de nosso conhecimento.

De acordo com o atual ministro da Educação, Mendonça Filho: o governo pretende aprovar, ainda este ano, a Reforma do Ensino Médio, "nem que seja necessário editar uma medida provisória"¹⁰.

De acordo com noticiários de todo país a reformulação do ensino está sendo feita através de uma medida provisória e as estimativas são de que já no primeiro semestre de 2017, essas turmas de ensino médio integral comecem a ser executadas conforme o novo modelo. A previsão é de que, até 2024, 50% das escolas de ensino médio no Brasil sejam contempladas pelo ensino integral.

¹⁰ Fonte: Último Segundo - iG @ <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2016-09-15/ministro-educacao.html>

Por fim, no Brasil o sistema educacional sofre com inúmeras variáveis, que começa pela desvantagem sociocultural da maioria esmagadora de estudantes provenientes da classe trabalhadora perpassando pelas condições econômicas do país (subemprego/desemprego/salários defasados) até chegar à falta de qualificação profissional dos professores e isso tudo pode ser confirmado quando olhamos as taxas de evasão escolar.¹¹

¹¹ Para se entender a causa da evasão escolar indicamos o sitio da infoescola que traz dados do Instituto de Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira. Disponível em <http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/> acesso em 08/03/2017.

3. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

O Serviço Social no âmbito da educação não é um tema novo, muito se tem falado e debatido sobre a questão da inserção desse profissional como forma de estender as políticas educacionais. Porém o CFESS (2011, p. 58) nos traz a luz que:

O debate do Serviço Social na Educação parece, por vezes, comparecer de forma invertida ou distorcida. A defesa da inserção profissional se realiza, muitas vezes, como necessidade de avanço sobre novos espaços de trabalho, fragilizando a defesa do real significado social da inserção da profissão nesta política social.

Ainda assim, afirma-se que é dever do assistente social articular e trabalhar a educação unindo estas às demais políticas em prol das ações educativas e afirmativas, ampliando espaços para a participação do aluno e de sua família, sendo assim suas ações estão atreladas aos problemas individuais e coletivos dos indivíduos no sentido de solucionar. É dessa forma que ele vai garantir acesso a direitos sociais de crianças e adolescentes para que estas possam ingressar permanecer e ser bem sucedido na escola. Nesse sentido, Piana (2009, p. 18) ressalta que “o Serviço Social é uma profissão fundamental para trabalhar a garantia da educação como direito social preconizado nas leis brasileiras, independentemente de raça, gênero, crença, poder econômico, político e cultural a todo cidadão”.

Assim as ações educativas são necessárias para que se conheça o direito adquirido, mas essas ações precisam ser orientadas por objetivos e metas que contribuam para o desenvolvimento e ajustes dos indivíduos na sociedade em virtude do seu crescimento e de desafios que aparecem pelo trajeto, estas são as respostas esperadas do Serviço Social como contribuição no âmbito da Educação, assim como favorecer a relação família /escola/comunidade, sendo que esta pode ser uma das ações mais importantes no contexto socioeducativo.

A condicionalidade da ação de educar está diretamente relacionada com a forma em que o indivíduo é integrado no espaço da vida social, e o caráter conservador na transmissão de valores na educação ainda é vista vinculada ao trabalho e desse recorte, Iamamoto e Carvalho (2009. P. 95) afirmam que:

Dentro dessa perspectiva, cabe ressaltar a figura do agente profissional, como sujeito participe desse processo. O assistente social dependendo de sua opção política, pode configurar-se como mediador dos interesses do capital ou do trabalho ambos presentes, em confronto, nas condições em que se efetiva a prática profissional

O debate sobre o assistente social na educação não é tão recente. A conscientização sobre a necessidade de inserção deste no contexto escolar já vem sendo discutido há bastante tempo. Assim como Schneider e Hernandorena, reafirma que:

A crescente inserção de assistentes sociais na esfera pública e privada expressa a maior visibilidade desse profissional na área de Educação, o que deve ser examinado a partir das contradições inerentes a este movimento, a partir de uma análise teórica e política acerca dos condicionantes macroestruturais, que, em tempos de mundialização do capital, dão formas específicas à Política de Educação em curso hoje no país. (SCHNEIDER; HERNANDORENA, 2012, p. 09).

Mas para que isto aconteça é preciso agir no sentido de promover e ampliar a visão social dentro do processo educativo com orientações e informações acerca de projetos e propostas que atinjam integralmente suas vidas seja no contexto educacional ou social. Nesse contexto existe legislação específica que dispõem sobre a inserção do serviço social na política de educação.

Desde 2008 o Conselho Federal de Serviço Social - CFESS acompanha a tramitação dos Projetos de Lei (PLs) na Câmara dos Deputados e no Senado que envolve a criação do Serviço Social na Educação. Uma das matérias é o: Projeto de Lei Da Câmara (PLC) 060/2007, que dispõe sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica;

Conforme descrito o Projeto de Lei Nº 60 de 2007, trata da disponibilidade de prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica. O PL 60/07, teve sua origem a partir da PLC Nº 3.688 de 2000, de autoria do ex-deputado José Elias (PTB/ES), sendo que está última dispõe sobre a inserção dos assistentes sociais no quadro profissional da educação escolar.

De acordo com o ex-deputado José Elias, a justificativa para inserir o assistente social na educação está pautada nas péssimas condições socioeconômicas e no fracasso escolar dos estudantes, bem como na falta de preparo por parte dos professores para intervir nas emblemáticas demandas

surgidas nesse campo.

Segundo o Projeto de Lei a PLC de origem (PLC Nº 3.688/00) específica em seu artigo 1º que escolas públicas terão assistentes sociais em seu quadro de funcionários e dispõe em seu artigo 2º que a inserção deste profissional deverá ocorrer gradativamente em um prazo máximo de cinco anos. Ainda de acordo PLC Nº 3.688 de 2000: “A atuação do profissional do serviço social vai colaborar para diminuir a evasão escolar e servirá de suporte para os professores trazendo como resultado melhorias nos níveis de aprendizagem dos estudantes”.

Além disso, será de grande importância a atuação deste profissional na prevenção ao uso de drogas (BRASIL, acessado em 24/11/2016). Mas no âmbito nacional podemos ver que são poucas as iniciativas voltadas para esse fim e isso nos leva a crer que essa temática não desperta o interesse de nossos governantes. Assim fala Paulo Freire (2003, pag.44,45), “A educação das massas se faz, assim, algo de absolutamente fundamental entre-nos. Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação”¹².

Aqui foram destacados apenas parte dos Projetos de Lei Da Câmara (PLC) 060/2007, e PLC Nº 3.688 de 2000, que dispõem sobre a inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica. Projeto no qual próprio CFESS por sua vasta experiência colabora a pedido do legislativo indicando conteúdos para elaboração de projeto de lei que de acordo com o CFESS (2011, p. 60), vem afirmando que:

A maior parte dos PL's incide sobre a inserção do Serviço Social e da Psicologia na Educação e, nesse sentido, temos realizado um esforço conjunto com os conselhos federais e regionais das respectivas profissões para suas inserções na educação.

E é nessa linha de raciocínio que destacamos também as diretrizes do CFESS que orienta a formação do profissional de Serviço Social para atuar no

¹² Informações obtidas no Projeto de Lei Original Nº.3.688-B, 2000, do Deputado José Carlos Elias (PTB/ES), que dispõe sobre a introdução do(a) assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola.

Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050><http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=20050> acesso em 16 de fevereiro de 2017

âmbito da educação que são de acordo com a RESOLUÇÃO Nº 15, DE 13 DE MARÇO DE 2002, Art. 4º que trata das habilidades e competências, temos:

2 - Competências e Habilidades

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológico e ético política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à

• compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

• identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;

• utilização dos recursos da informática. B) ESPECÍFICAS A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de

• elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social;

• contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;

• planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;

• realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;

• prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

• orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos; • realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

Pois, com todo instrumento teórico e prático acima, de acordo com o CFESS (2001), o assistente social na área da educação pode colaborar para evitar:

- **Baixo rendimento escolar;**
- **Evasão escolar;**
- **Desinteresse pelo aprendizado;**
- **Problemas com disciplina;**
- **Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;**
- **Vulnerabilidade às drogas;**
- **Atitudes e comportamentos agressivos e violentos (CFESS, 2001, p.23).**

É nessa configuração que podemos ver que na dinâmica de vida do estudante encontram-se as relações familiares para as quais o assistente social tem que ter o seu olhar interventivo voltado no sentido de estimular seu envolvimento na realidade educacional. Sendo assim, no que se refere aos benefícios prestados aos alunos, a assistência social é uma demanda nascida da política de educação para

favorecer o estudante e seus familiares no crescimento dentro do campo social. Não há como pensar a Educação sem o desenvolvimento dos espaços de afirmação de direitos e da participação da população. Portanto, minguar a situação de vulnerabilidade social de uma parcela de indivíduos não vai resolver. É preciso entender a educação como direito social, destacando o seu caráter universal.

O Serviço Social pode oferecer grandes benefícios à educação, por conta das mudanças culturais da ruptura e fragmentação dos padrões tradicionais dentro do seio familiar, sua contribuição é reclamada principalmente quando dentro deste contexto as questões sociais afloram na realidade escolar, e isto ocorre, com o sucateamento do ensino público. No campo das políticas sociais, o profissional de Serviço Social através de sua intencionalidade vem potencializar a pressão para que o Estado amplie a política de Educação garantindo assim o acesso da população brasileira aos espaços e processos educacionais.

Diante disso, os detentores desta profissão se articulam no sentido de planejar políticas públicas direcionadas a esta área. Dessa maneira algumas competências e atribuições inerentes a profissão de assistente social, são:

- ***melhorar as condições de vida e sobrevivência das famílias e alunos;***
- ***favorecer a abertura de canais de interferência dos sujeitos nos processos decisórios da escola (os conselhos de classe);***
- ***ampliar o acervo de informações e conhecimentos, acerca do social na comunidade escolar;***
- ***estimular a vivência e o aprendizado do processo democrático no interior da escola e com a comunidade;***
- ***fortalecer as ações coletivas;***
- ***efetivar pesquisas que possam contribuir com a análise da realidade social dos alunos e de suas famílias;***
- ***maximizar a utilização dos recursos da comunidade;***
- ***contribuir com a formação profissional de novos assistentes sociais, disponibilizando campo de estágio adequado às novas exigências do perfil profissional (MARTINS, 1999, p.70)***

A educação é de fato um dos meio que o povo tem para acessar o conhecimento e se preparar para vida. Porém fenômenos, como violência, uso e abuso de drogas, trabalho infantil, conflitos intrafamiliares, violência doméstica, têm feito parte dos temas que permeia a educação e dificulta esse acesso. Nesse sentido para uma intervenção que resulte na solução do problema, é necessário intervir em todas as áreas principalmente na familiar. Assim, “o assistente social pode fazer o desvelamento da sua profissão, por meio da efetivação de direitos

sociais mediante o atendimento disponibilizado ao público de alunos bolsistas e demais, como também suas famílias, as quais na sua maioria são oriundas de situações de risco pessoal ou social” (Schneider e Hernandorena, 2012, p.16)

Martins (2007, p.135) concordando com exposto, aborda o tema da seguinte forma no que tange a atuação do assistente social:

Portanto, o papel educativo do assistente social é no sentido de elucidar, desvelar a realidade social em todos os seus meandros, socializando informações que possibilitem a população ter uma visão crítica que contribua com a sua mobilização social visando à conquista dos seus direitos.

Justificamos que é de fundamental importância destacar que o assistente social não foi inserido no âmbito escolar para executar tarefas dos profissionais tradicionais na educação, como por exemplo: fazer trabalhos administrativos ou de docência, este foi posto para contribuir com suas articulações e ações por meio das ideologias políticas voltadas para orientar a emancipação dos sujeitos através da inclusão social. Nesse sentido, como posto por Schneider e Hernandorena (2012, pag. 09), o assistente social, tem como desafio múltiplas condicionalidades no que tange a sua atuação em funções educativa-organizativas, para o enfrentamento das questões relacionadas a construção de um sujeito de direitos e para isso é necessário,

Encontrar respostas que deem conta da complexidade da vida em sociedade exigem um esforço e uma construção que é coletiva, sujeitas a tensões e conflitos de ordem sócio profissional, por isso necessitam ser cooperativas. O desafio profissional está em encontrar novas estratégias de ação. As práticas interdisciplinares e Inter setoriais devem convergir para a construção de redes de apoio, tanto em sua dimensão afetiva (solidárias, familiar, etc.), como em sua dimensão social no que tange aos serviços socioassistenciais, como também os serviços das demais políticas públicas, auxiliando-os e colocando-os em condição de igualdade decisória, profissionais e usuários. (Schneider e Hernandorena, 2012, pag. 09)

Sabe-se que, as demandas advindas das manifestações da questão social são as maiores justificativas para a inserção do assistente social na educação, pois, é na vida escolar cotidiana que são apresentadas. E de acordo com Iamamoto (2010), a questão social sofre um intenso processo de criminalização direcionado, obviamente, às classes subalternas, renovando sua classificação como “classes

perigosas”. Naturalizar a questão social é transformar “suas manifestações em objeto de programas assistenciais focalizados de *combate à pobreza* ou em expressões da violência dos pobres, cuja resposta é a segurança e a repressão oficiais.” (IAMAMOTO, 2010, p. 163, grifo da autora).

Estas expressões podem ser percebidas no contexto escolar a partir da percepção de situações de vulnerabilidade e de problemas tanto sociais como familiares. Interagir com a comunidade trazendo está para dentro da escola, realizar e fomentar trabalhos preventivos contra a evasão, a violência, o alcoolismo e as drogas, identificar formas de atendimento às demandas socioeconômicas das crianças e de seus familiares e envolver a família na educação. Estas são algumas das ações que o (a) assistente social desenvolve, além de capacitar e orientar os gestores escolares no intuito de atender as demandas escolares.

A Política Nacional da Assistência Social - PNAS conceitua por situação de vulnerabilidade a:

Perda ou fragilidade de vínculos afetivos, pertencimento e sociabilidade; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (PNAS, 2004, p.34).

A desigualdade social vem com o aumento da exploração imposta pelo capitalismo que nos traz o subemprego, o trabalho infantil, sem falar no desemprego propriamente dito e com isso vem falta de moradia adequada, pobreza e exclusão social.

E de acordo com Schneider e Hernandorena, (2012, pag. 50), Neste processo, sem dúvida, a construção do aluno como sujeito é uma construção social e processual. Ele fragiliza-se e vulnerabiliza-se a partir de enfrentamentos que são feitos no cotidiano em que a realidade o coloca frente a frente com a vulnerabilidade e com as situações de risco social.

Assim se explica a indispensabilidade da inserção do profissional do Serviço Social neste espaço, para fazer o encaminhamento dessas demandas no sentido de diminuir o agravamento da desigualdade social, já que este tem uma visão mais ampliada e consegue compreender os processos sociais de um indivíduo

e assim articular proposta que ajustem a realidade. Neste contexto atuar como agente formulador de resposta/proposta é papel do assistente social, como afirma abaixo lamamoto (1998):

O desafio é redescobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo (lamamoto, 1998, p.75).

Por fim, o assistente social, por estar inserido no projeto ético político, teórico e metodológico do Serviço Social, e atuar junto aos usuários das políticas públicas, é um mediador no processo de reprodução das relações sociais e por isso tem por objetivo promover o encontro do aluno com a educação de boa qualidade, objetivando mostrar a realidade social e seu cotidiano pautando suas ações no sentido educativo de promover as relações interpessoais e proporcionar novas discussões para revolucionar consciências, como forma de diminuir as desigualdades pelo debate político e democrático ao menos dentro do recinto escolar. Pois Schneider e Hernandorena, (2012,) vem reforçando que o aluno:

Ele traz consigo a sua experiência de vida lá de fora, e dentro desta experiência de vida existem sentidos e significados de experiências que estão escondidos e que precisam ser trabalhados e passarem da invisibilidade para a visibilidade. (SCHNEIDER, HERNANDORENA, 2012, p. 50).

Porém, lamamoto (1994), traz para o centro da discussão que “A reprodução das realidades sociais atinge a totalidade da vida cotidiana, expressando-se tanto no trabalho, na família, no lazer, na escola, no poder, como também na profissão.” Nesse sentido, lamamoto fala que o assistente social está numa via de mão dupla e que a contradição se torna a realidade social que se caracteriza pelos mecanismos de dominação da classe trabalhadora, aonde não se leva em consideração a suas necessidades e é nesse momento que o Serviço Social pode fazer o desmonte e colocar em pratica metas e estratégias para fortalecer a pratica profissional viabilizando os interesses das classes trabalhadoras.

Ainda de acordo com a autora citada acima o mundo é compreendido pelo usuário do Serviço Social da forma como este está submetido ao lugar social dentro do processo de produção. Destarte, diante da precarização do trabalho, do desemprego, da pobreza, e da violência o meio que resta para diminuição dessas mazelas é a atuação dos assistentes sociais, enquanto agente crítico engajado nas lutas sociais, articulando políticas públicas que assistam de forma compensadora esta população que faz parte da fatia maior do bolo. Por esse motivo se faz urgente a necessidade de chamar as entidades CFESS-CRESS, para um debate sobre a situação da educação na atualidade.

CONCLUSÃO

Partindo do princípio de que todos têm direito a educação e que a escola é o principal local onde o conhecimento é compartilhado e divulgado e que é onde está educação e cultura, o trabalho apresentado buscou abordar a profissão de Serviço Social e a atuação do assistente social no espaço educacional. Por meio desta pesquisa, tentamos não apenas compreender o que representa este profissional neste espaço, mas explanar também sobre a inserção do Serviço Social na área da educação.

A análise sobre a inserção do assistente social na educação teve a finalidade de refletir sobre as suas atribuições dentro desse espaço, tentou-se entender a concepção de educação para esses profissionais. Assim identificamos que a atuação deste profissional esta pautada em garantir e mediar o acesso à educação para os estudantes que estão em situação de vulnerabilidade social, orientando estes quanto aos seus direitos ao acesso e permanência no recinto escolar.

Pois Santos (2005) ao relacionar o Serviço social e a Educação pontua que:

Uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através do trabalho de grupo com os pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família. O assistente social poderá diagnosticar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam a problemática social no campo educacional e, conseqüentemente, trabalhar com um método preventivo destes, no intuito de evitar que o ciclo se repita novamente (SANTOS, 2005, p.44).

Nesse contexto, foi identificado que o assistente social vê a educação como uma ponte para a transformação e que essa deve ser integral, pois é fundamental para garantir uma visão ampla da vida em sociedade, reafirmando dessa forma o compromisso ético-político da categoria em prol da educação e cultura. Porém não são tão românticos, ou seja, não acreditam que somente e apenas através da educação vão mudar a realidade e transformar a vida de muitos, mas que é preciso unir forças com outros segmentos para que essa mudança aconteça.

De acordo com o documento do CFESS (2001, p. 10):

O direito a educação, bem como o direito ao acesso e permanência na escola tem sido garantido reiteradamente nos aportes legais, seja na Constituição Federal de (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90) e na Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (9.394/96) dentre outras, tendo como finalidade a formação do sujeito para o exercício da cidadania, preparação para o trabalho e sua participação na sociedade.

No entanto, mediante o sucateamento da educação pública para que ocorra essa mudança na sociedade a política educacional precisa ser transformadora no sentido de atender as novas demandas da sociedade, ofertando condições básicas para o indivíduo frequentar a escola respeitando o sujeito em suas diversidades e direitos e assim oportunizar o conhecimento para além da formação da mão de obra de trabalho.

Assim afirma o CFESS (2001), que tais:

Direitos precisam ser perseguidos por todos profissionais que trabalham em educação garantindo o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, contribuindo em sua formação para exercer a cidadania. (CFESS, 2001, p.10).

Pensando nas dificuldades e possibilidades que esse profissional encontra e nas constantes mudanças no mundo organizacional, assim como em demais áreas do conhecimento humano, é que podemos perceber a necessidade de profissionais cada vez mais qualificados e adaptados aos avanços tecnológicos, para atuar e resolver as demandas que vão surgindo junto com essa evolução.

Destarte, considerando a importância da educação para o desenvolvimento daqueles que a procuram como forma de adquirir conhecimento para melhorar seu nível sócio econômico e cultural o Serviço Social tem muito a contribuir na construção de políticas voltadas para as demandas da sociedade estimulando a busca pelo conhecimento, contribuindo na orientação dos indivíduos para que percebam a realidade a sua volta e desperte o interesse pela busca de seus direitos.

Também buscamos realizar um breve resgate da história da educação brasileira, visualizando com isso, conseguir afirmar no cenário atual que a luta por

uma educação de qualidade que atenda a população de modo integral tem que continuar e que ainda há muito a fazer para que a educação seja ofertada de modo igualitário para todos.

Pensando em como se desenvolve e se articula a participação do profissional de Serviço Social no contexto citado buscamos entender como este percebe a educação, e para além da sua atuação como é o processo de trabalho e como se dá a dinâmica da sua intervenção. Através deste trabalho foi possível apresentar o quanto a presença do assistente social é importante no campo da educação, pois, enquanto profissionais sociais atuam como agentes garantidores da ampliação dos direitos sociais, bem como formadores de opiniões buscando contribuir com seu poder de articulador a mobilização dos sujeitos, para que estes participem ativamente do processo de construção de uma sociedade democrática.

Tendo em vista que a escola é o lugar em que mais se percebe a violência, nesse contexto, aproximar os alunos, servidores/professores, através de palestras oficinas educativas no ambiente escolar é uma forma de prevenção e combate a violação de direitos. Por fim, diante do material que foi analisado o que se vê é uma profissão que trabalha diretamente atrelada a efetivação de direitos, a aprendizagem só é completa quando o ensino é propagado e nesse contexto, a inserção do profissional de Serviço Social na educação é indispensável e para isso existem leis que garantem a presença do assistente social no ambiente educacional por seu fazer profissional.

Porém, para que esse direito fosse realmente efetivado foi necessário um embate direto por parte desses profissionais. Essa postura se deu pelo fato de que a educação apesar de ser um direito de todos e dever do Estado, o sistema governamental vigente não oferecia condições (financeira/financiamentos) no contexto escolar para que os menos favorecidos se mantivessem na escola para sua completa formação. Sendo assim, conclui-se que essa é uma das formas de garantir o fortalecimento do exercício da cidadania do aluno: ou seja, por meio da inserção do assistente social na Educação.

Sendo assim, a atuação do Assistente Social no contexto educação tem como perspectiva a democratização da educação e a efetivação de políticas plena que atenda a comunidade na sua totalidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Apontamentos sobre a política de educação no Brasil** hoje e a inserção dos assistentes sociais. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. CFESS, 2011. Acesso em: 14/11/2016.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **Ldb: lei de diretrizes e bases da educação nacional**: lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 5 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010.

ABEPSS.ORG.BR/**Abepss.org.br/uploads/textos/documento_201603311141012990370**. Acesso em: 17 nov. 2016.

BARISON, Mônica Santos; GONÇALVES, Rafael Soares. Judicialização da questão social e a banalização da interdição de pessoas com transtornos mentais. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 125, p. 41-63, jan./abr. 2016.

BARROCO, SILVA. Maria Lucia. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. Fundamentos ontológicos. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, et al. **Questão social e direitos**. cfess, 2009.: In: serviço social: direitos sociais e competências profissionais.. Brasília: 2009. 267-283 p.

CAMARA.GOV.BR/PROPOSICOESWEB/FICHADETRAMITACAO IDPROPOSICAO=20050> **Projeto de Lei Nº 3.688 de 2000. Congresso Federal. Brasília**. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br>>. Acesso em: 24 out. 2016.

CATOLICAONLINE.COM.BR.**Revistadacatolica2/artigosv1n1/14_assistente_soci al.pdf**. Disponível em: <<http://catolicaonline.com.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CFESS.ORG.BR/ARQUIVOS, **Subsídios-serviço-social-na-educação**. Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em <http://www.cfess.org.br/js/library/pdfjs/web/viewer.html?pdf=/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf>. Acesso em 14 de out de 2016.

CFESS. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.

10. ed. rev. e atual. Brasília: CFESS, 2012.

CFESS. **O Serviço Social na Educação**. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf). Acesso em 16/02/2017.

CRESSRJ.ORG.BR/**Serviço-social/profissão**. Disponível em: <<http://www.cressrj.org.br/site/servico-social/profissao>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

Constituição/constituicaocompilado.htm. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil>>. Acesso em: 13 nov. 2016.

Veja-as-principais-mudanças-previstas-para-o-ensino-médio. Disponível em: [EDUCACAO.UOL.COM.BR/NOTICIAS/2016/09/22](http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/09/22). Acesso em: 28 nov. 2016.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Saber profissional e poder institucional**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2009

HISTEDBR.FE.UNICAMP.BR. **Navegando/artigos_titulos.html - Educação**. Disponível em: <<http://www.histedbr.fe.unicamp.br>>. Acesso em: 21 set. 2016.

[HTTP://CATOLICAONLINE.COM.BR](http://catolicaonline.com.br). **Revistadacatolica2**. Disponível em: <catolicaonline.com.br/artigosv1n1/14_assistente_social.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2016.

IAMAMOTO; CARVALHO, Marilda Vilela E; Raul De. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**, 17 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO; CORTEZ, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, VILELA, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, et al. **Relações sociais e serviço social no brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 35 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, CARVALHO, Marilda Vilela E; DE, Raul. **“Relações sociais e serviço social no brasil”**: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda, Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda, Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1994.

KUENZER, Acácia Et Al. **Planejamento e Educação no Brasil**.: Planejamento e Educação no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, CANTEIRO, Eliana Bolorino. **O Serviço Social na área da Educação**: In: Revista Serviço Social & Realidade V. 8 N. 1, 1999. Franca, 1999.

MARTINS, CANTEIROL, Eliana Bolorino. **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da Cidadania**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MOTAÑO, CARLOS. **A natureza do serviço social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETO, CARVALHO; Cacildo Teixeira De. 2013. **ética profissional e o trabalho profissional do assistente social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2013.

NETTO, P., J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós -64**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NETTO, PAULO; JOSÉ. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2 ed. [S.L.]: São Paulo: Cortez, 1996.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: bookscielo.org. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo, 2009. Acesso em: 13 nov. 2016

PROJETO DE LEI Nº 60 DE 2007. CONGRESSO NACIONAL. BRASÍLIA: 2007. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=50998&tp=1> Acesso em: 24 out. 2016.

SANTOS, André Michel dos. **A Escola como espaço de atuação para o Assistente Social: Trabalhando com grupos**. Trabalho Final de Graduação – TFG. Centro Universitário Franciscano, UNIFRA, 2005.

SCHNEIDER, Glaucia E HERNANDORENA, Maria Do Carmo. **Serviço social na educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: [s.n.], 2012. 80 p.

SOCIEDADE, Revista Serviço Social E. **O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos**. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 107, 107 ed. São Paulo, 2010.

WWW.CFESS.ORG.BR/ARQUIVOS. **Brochuracfess_subsidios-as-educação**. Disponível em: www.cfess.org.br/arquivos. Acesso em: 31 out. 2016.